

“A ARBITRAGEM NA VÁRZEA É UM TRABALHO PRA SE VIRAR”: QUANDO A VÁRZEA É O CAMPO

João Cauê Benedeti **Morales**¹

“Bola na trave não altera o placar”, cantou certa vez um famoso *rockeiro* brasileiro. De fato, é necessário que ela cruze a linha entre as balizas. Ou, como se costumava afirmar na tradicional crônica esportiva, que a bola estufe as redes. Entretanto, para que esse momento de júbilo possa ser experimentado em seu esplendor, uma figura é essencial: geralmente abafado pelos sons de celebração ou lamento, há alguém assoprando um apito, apontando com os braços para o centro do campo. Trata-se do árbitro de futebol, figura que inspira polêmica, desde as grandes competições até os torneios realizados em âmbitos mais locais.

Durante o período formativo² do mestrado em Antropologia incursionei pelos estudos que interseccionavam os temas relativos à arbitragem de futebol e às relações raciais. Tal iniciativa se fomentou no âmbito de uma interlocução com o meu orientador, professor Arlei Damo, cujo histórico de pesquisas nos estudos esportivos se encontrou com meus interesses pessoais em refletir sobre práticas econômicas e relações raciais. A justificativa para tal foi, em princípio, a pouca quantidade de pesquisas que estudam o trabalho de árbitros e também por identificarmos uma crescente repercussão de casos de racismo no âmbito do futebol brasileiro. Particularmente o que envolveu o ex árbitro, hoje comentarista de arbitragem da RBS TV³, Márcio Chagas que foi vítima de racismo durante um jogo em que apitou no ano de 2014. Se o futebol no Brasil é historicamente notabilizado pela participação de pessoas negras enquanto jogadores, aquele episódio chamava a atenção para as dificuldades de inclusão deste mesmo grupo em outras funções da organização do jogo, sobretudo as que envolvem sua coordenação. Consideramos este fato importante a ser explorado do ponto de vista da investigação acadêmica.

Procurei, ao longo do período em que cursei as disciplinas oferecidas pelo

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: joaomorales_27@hotmail.com

ORCID id: <https://orcid.org/0000-0001-9269-4801>

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

³ Empresa de telecomunicação de abrangência estadual.

programa que faço parte, delinear um objeto de pesquisa que pudesse contemplar essas problematizações e questionamentos. Com o mesmo objetivo também procurei me amparar nas reuniões de orientação e no Grupo de Antropologia da Economia e da Política (GAEP). A soma desses esforços convergiu para que eu pudesse experimentar possibilidades de articulação entre os estudos sobre futebol, relações raciais e antropologia econômica.

A respeito da minha inserção em campo, considerei em princípio acompanhar a arbitragem de jogos profissionais na cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, na região meridional do Brasil. Tais tentativas se deram de forma mais substancial entre o final do ano de 2018 e o primeiro semestre de 2019. Entretanto, obtive pouco sucesso nesse empreendimento. Concomitantemente a esse período, conheci e passei a participar das reuniões do Observatório da Discriminação Racial no Futebol, grupo criado em 2014 com o intuito de monitorar a incidência de casos de racismo no contexto futebolístico do país. A partir desse acesso pude me inteirar de forma mais sistemática acerca dos dados levantados sobre o tema e também conhecer pessoas relacionadas ao enfrentamento do racismo neste contexto. Uma delas, o ex-árbitro Márcio Chagas, com quem tive a oportunidade de conversar a respeito de meu trabalho e minhas pretensões, me atentou para as competições amadoras. Principalmente sobre o quanto, de acordo com ele, era mais comum observar a atuação de árbitros negros em competições amadoras do que nas competições profissionais.

Tais informações somadas com as dificuldades de me inserir na arbitragem dos jogos profissionais fizeram com que minha atenção se voltasse para a arbitragem de jogos amadores. E nesta tentativa fui mais feliz. Obtive a oportunidade de trabalhar como mesário de uma liga de futebol promovida pela prefeitura de Porto Alegre. Ela foi disputada nas categorias veterano (idade mínima 40 anos) e *master* (idade mínima 48 anos)⁴. Os jogos foram realizados praticamente em todos os fins de semana ao longo do segundo semestre de 2019. Começou no mês de agosto e as finais das categorias em disputa foram jogadas no mês de dezembro. A partir do trabalho que desempenhei pude conhecer um grupo de árbitros, falar com eles a respeito do meu trabalho e, desta vez,

4 Dentro da organização das competições de futebol amador promovida pela prefeitura, costuma-se separar as disputas respeitando um critério que leve em conta a idade. As categorias mais comuns são a sub-18, para jogadores de até 18 anos; a categoria livre, que congregaria adultos de idades variadas; categorias veterano/*master*, que contam com a participação de jogadores acima dos 45 anos. Durante o meu trabalho de campo, os jogos da categoria livre não foram disputados em função de atos de violência entre jogadores (homicídio) nas edições anteriores.

houve uma melhor recepção por parte deles.

Assim, com o objeto delineado e o trabalho de campo postulado, alguns objetivos precisavam apreendidos para que a pesquisa pudesse seguir adiante. Um deles era como abarcar a experiência laboral desse grupo de árbitros que tive acesso. Como contextualizá-la levando em conta a busca por oportunidades de trabalho e as possibilidades de fornecimento dessa oportunidade. Para isso tenho me embasado nos estudos de antropologia econômica que abordam a noção de mercados. A partir da minha atuação enquanto mesário da liga municipal, tento apresentar esse panorama na cidade de Porto Alegre, descrevendo de que forma se dá o mercado de trabalho da arbitragem em competições amadoras.

Apresentado o contexto mais amplo de pesquisa, a fim de situar os leitores, no artigo em questão tentarei abordar de que forma podem ser compreendidas as estratégias de participação em competições por parte dos árbitros. Para tal, procurei me debruçar sobre quais são as pessoas e associações que promovem a arbitragem em competições amadoras, quais os locais onde ele se realizam, quem precisa dos serviços de arbitragem, quais funções são designadas, como estes postos são preenchidos, dentre outras questões relacionadas que se apresentaram conforme fui avançando em minha experiência de trabalho (de campo) na competição. Acredito que tais informações possam subsidiar na forma com a qual os árbitros com quem tive contato interpretam a dinâmica de sua própria atividade. E conhecer tal dinâmica me parece importante para compreender quais são os acessos e os bloqueios da arbitragem em competições e como isso pode afetar diferentes grupos.

Assim, o objetivo desta reflexão é, ancorado nos Estudos Sociais da Economia, apresentar um panorama do atual mercado de trabalho de arbitragem de futebol em competições de várzea no município de Porto Alegre (RS). O texto, então, traz um apanhado de cenas etnográficas que serão observadas em 5 partes: O primeiro segmento descreverá como conheci o responsável pela Liga de arbitragem na Liga Municipal e sua trajetória. A segunda parte se debruça sobre uma breve apresentação do futebol de várzea em Porto Alegre e também a Liga Municipal. Na sequência descrevo o trabalho de mesário e reflito sobre as interpretações que alguns árbitros me aportaram acerca de suas atividades. Posteriormente, empreendo uma análise a partir de uma reflexão ancorada na noção de Mercados. Por fim, as considerações finais.

“Essas coisas de Arbitragem”

A respeito da inserção em campo, Abu-Lughod (1987) defende que as possibilidades de trabalho são engendradas pela forma como somos identificados por nossos interlocutores. Se no caso dela, enquanto “filha e convidada”, os laços de parentesco tiveram preponderância nas negociações iniciais, da minha parte não posso negar que um vínculo familiar também teve o seu papel. Apesar de que, na comparação com a autora, este aspecto tenha se dado de forma um pouco mais inusitada. Em um determinado dia fui visitar minha mãe. Em meio à visita ela me comentou que, em um jogo de canastra na casa da irmã dela, encontrou um primo distante que lá esteve para jogar também. Disse que ele trabalhava “com essas coisas de arbitragem” e perguntou se isso não poderia ser interessante para o meu trabalho. Reagi afirmativamente, ainda que tivesse com dúvidas. Como eu não havia entendido o que ela quis dizer com “essas coisas” fui tentando adivinhar: “ele é juiz⁵?”, “bandeirinha⁶?” Resposta negativa para ambas. “Aposentado?” Nem sei, ela replicou. “Parece que ele tem uma empresa”. Continuei sem entender. “Empresa de juiz de futebol?” Confesso que achei aquilo bem estranho. Ainda assim pedi para que ela ligasse para ele com o intuito de me apresentar e falar do meu trabalho. Ela fez o contato, conversou brevemente a meu respeito e passou o telefone para mim. Reforcei as apresentações e expliquei que estava fazendo um trabalho para a faculdade que tinha como tema (na conversa não usei esses termos) as experiências de trabalho de árbitros de futebol em Porto Alegre, aproveitando para perguntar se ele toparia se encontrar comigo para que eu pudesse explicar com mais detalhes a minha proposta. Naquela ocasião ele não estava em Porto Alegre, mas disse que em três dias estaria na cidade e que, se eu topasse, poderíamos nos encontrar naquela data. Concordei, guardei o contato dele para que mais perto do dia nós combinássemos um local para o encontro.

Nos encontramos na Lancheria do Parque⁷ em uma manhã fria de segunda-feira. Enquanto tomávamos café (ele pediu café preto e eu café com leite) ele me

5 Forma coloquial com a qual se designa o árbitro principal no jogo de futebol.

6 Forma coloquial com a qual se designa o árbitro assistente no jogo de futebol.

7 Estabelecimento culinário tradicional que fica próximo ao maior parque da cidade (Redenção), na região central da capital gaúcha. Pela notoriedade do local ele é um fácil ponto de referência para encontros.

explicou que havia sido jogador de futebol profissional na juventude. Havia feito carreira jogando mais pelos times do interior do Rio Grande do Sul até se aposentar. Já na aposentadoria, seguira jogando as competições amadoras, pois os times costumavam pagar quantias em dinheiro interessantes para que profissionais aposentados atuassem. Uma dessas competições amadoras que disputava, na cidade de Feliz, interior do Estado do Rio Grande do Sul, padecia de falta de árbitros de acordo com ele. “Muitas vezes precisavam trazer árbitros de Montenegro⁸, o que atrasava os jogos”, atestou. Justamente em um desses momentos de falta de árbitros, o Primo decidiu “assumir o apito”. Acabou gostando da atividade e, mais do que isso, a ser reconhecido como um árbitro respeitado, prosperando nas competições amadoras.

Foi esta notoriedade que o fez, já em Porto Alegre no início dos anos 1980, conhecer um senhor que tinha uma “Liga de Árbitros” - empresa que escala uma equipe de arbitragem para atuar em competições. Nela aprendeu sobre escalonamento para jogos e conheceu os campeonatos amadores da capital gaúcha. Após um período nesse trabalho, decidiu fundar a sua própria empresa e desde então trabalha com isso. Após me explicar brevemente a sua trajetória e relação com a arbitragem veio, entre um gole de café e outro, aquela pergunta que já esperava: “Em que posso te ajudar?” Falei então sobre a minha trajetória: contei que havia cursado jornalismo na UFRGS e que durante o período em que trabalhei com jornalismo atuei majoritariamente na área esportiva. Também disse que no momento estava fazendo mestrado em antropologia social e que continuava com o interesse em esporte, já adiantando que possuía expectativas em compreender o trabalho da arbitragem, pois uma das principais tarefas que propunha era desenvolver um panorama acerca do mercado de trabalho que envolve essa atividade. Expliquei que estava informado pelos estudos antropológicos em economia para realizar esta tarefa e, face à disciplina a qual me engajo, era importante ter algum tipo de oportunidade de convívio com árbitros. Por último, falei ao Primo do período que tinha para fazê-lo e perguntei se ele me topava me auxiliar em alguma dessas demandas. Ele me ouviu atentamente e depois de anotar algumas coisas na agenda me respondeu: “Acho que é teu dia de sorte. Ganhei há pouco a licitação para apitar o torneio da prefeitura de Porto Alegre. Se tu te interessar, eu posso te colocar pra trabalhar de mesário nos jogos. Assim tu vai conhecendo os árbitros e fazendo tua pesquisa”. Eu aceitei a proposta, pois sabia que dali para frente o trabalho engrenaria.

⁸ Município da região metropolitana de Porto Alegre, distante 39km do município de Feliz

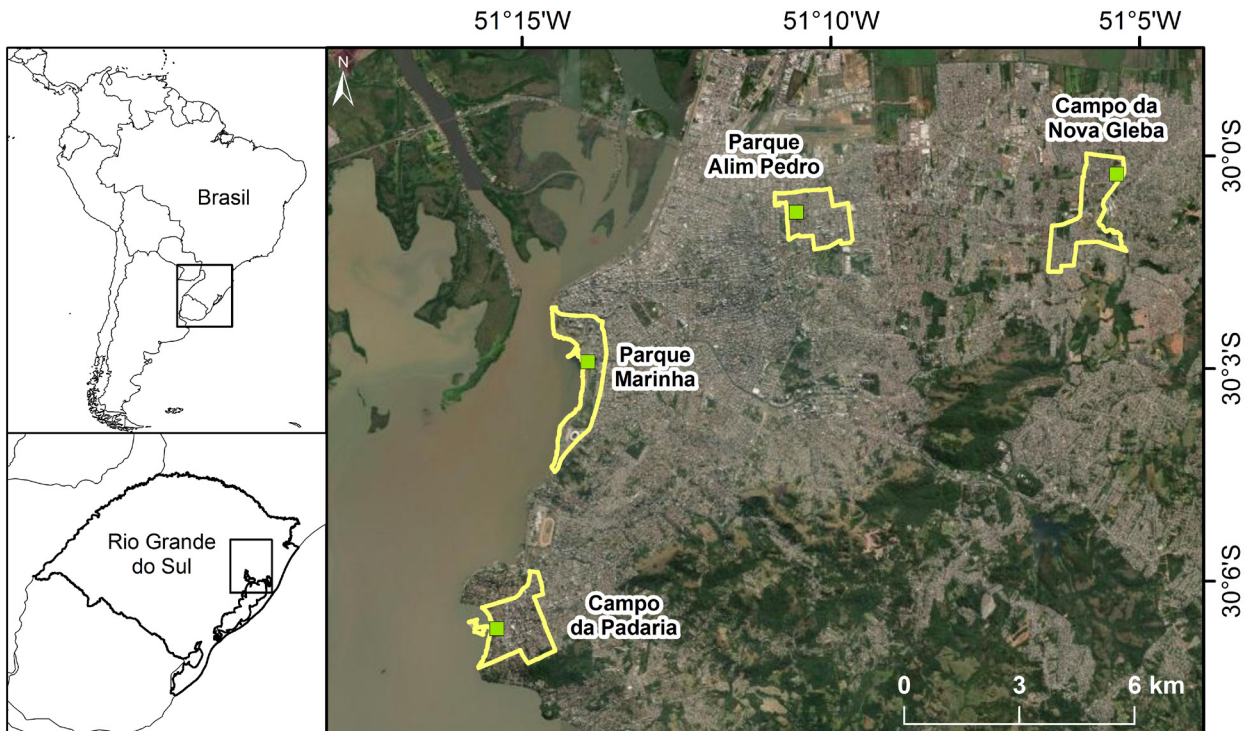
O que eu não sabia, ou melhor, não previa era o tipo de identidade que se atrelaria a mim por parte de quem eu conhecesse por meio desse trabalho. Assumindo em paráfrase os termos de Abu-Lughod (1987), passei a ser “parente e convidado” e, como a própria antropóloga atesta, em certos momentos isso é embaraçoso, pois nos faz questionar a nossa própria competência enquanto pesquisadores, além de se correr o risco dos outros só nos enxergarem a partir dessas lentes. Para os servidores da prefeitura eu fui de início “o estagiário da UFRGS”. Para os primeiros árbitros com quem trabalhei, “o menino do Primo”. Apesar dos pesares, não estava em condições de reclamar. Aprendi (talvez ingenuamente) que inserções em campo se davam à maneira de Clifford Geertz, conforme este autor descreve em “A briga de galos” (2008). Mas a única coisa que consegui fazer de parecido com ele ao tê-lo como referência de trabalho foi ser ignorado ao estilo balinês. Assim, a ligação familiar, ainda que distante e recentemente descoberta, me colocou em um lugar que queria acessar. Ao mesmo tempo em que isso precisou ser assumido é imperioso dizer que o que me balizou nos meus primeiros passos da Liga Municipal para além dos meus objetivos de pesquisa foi tentar diminuir (em importância) os traços dessa ligação.

O Futebol de Várzea e a Liga Municipal

Como tem sido cada vez mais atestado nos estudos esportivos sobre futebol, existe uma pluralidade de maneiras pelas quais as possibilidades do jogo transcorrem. Ou seja, dos muitos futebóis (Damo, 2019). No meu caso, a opção de trabalho se deu dentro das competições amadoras de futebol, também conhecidas coloquialmente como futebol de várzea. Tal expressão é amplamente disseminada no território nacional para se referir a jogos e/ou competições que se dão em um contexto que os servidores da prefeitura denominam “comunitário”. Ou seja, na comparação com o futebol profissional há uma abrangência mais localizada em termos de escala (joga-se em vilas, bairros, cidades), além de, mais do que estimular a competitividade, e haver um intuito de promoção da sociabilidade entre os participantes. Não é incomum que a expressão várzea esteja por vezes atrelada a um modo de organização menos rígido (ou mais displicente) na comparação com aquilo que é visto e vivido no certame profissional, tanto em termos de disciplina, quanto de condições materiais (campo de jogo, vestiário, uniformes, bola, etc). O que não significa que haja uma bagunça total, como algumas

vezes pejorativamente se supõe. Tais diferenças nas modulações desses aspectos podem apresentar distintos futebolis não só na comparação da várzea com o profissional, como entre diferentes futebolis de várzea. É levando em consideração este raciocínio que relato brevemente experiência da organização da Liga Municipal em Porto Alegre.

Figura 1 – Identificação dos campos da Liga Municipal de Porto Alegre (RS)



em 2019

Fonte: elaborado por Mateus Camana a partir de dados de campo por mim fornecidos.

Conforme indicado no mapa acima, os jogos da última edição da Liga Municipal foram disputados em quatro campos de futebol, localizados em regiões distintas da cidade de Porto Alegre. O campo da Nova Gleba fica localizado no limite norte da cidade, no Bairro Rubem Berta, o mais populoso da capital. Por sua vez, o campo do Parque Alim Pedro está localizado no Bairro Passo D'areia, em uma região tradicionalmente conhecida por ter abrigado em sua formação trabalhadores industriários (Vila do IAPI). Já o campo do Parque Marinha fica em um Parque localizado no Bairro Praia de Belas, próximo à região do centro histórico da cidade. Por fim, o campo da Padaria é localizado no Bairro Tristeza, região sul da cidade, mais recentemente povoada na dinâmica populacional da cidade. Infere-se a partir da

disposição dos locais de jogo que houve uma preocupação em abranger regiões distintas da cidade.

O critério de competição (coloquialmente conhecido também como fórmula de disputa) se deu preconizando a desclassificação dos piores colocados em duas fases jogadas a partir da formação de grupos; em um momento posterior foram realizadas disputas em chaves eliminatórias. Por exemplo, na categoria *master*, os jogos foram disputados por 16 equipes que foram dispostas em 4 grupos com 4 times cada. Posteriormente as três equipes melhores classificadas jogaram uma segunda fase com três equipes em cada novo grupo. Nesta etapa duas equipes de cada chave avançaram para as fases eliminatórias, jogando quartas de final, semifinais e final. A competição na categoria veterano respeitou esta mesma lógica de competição.

As equipes que participaram da Liga Municipal em sua maioria são advindas de associações esportivas formadas nas regiões periféricas da cidade, sendo os seus componentes (diretores, jogadores e auxiliares) pertencentes às classes populares. A ligação dessas classes com o futebol no Brasil, desde a sua popularização, possui um histórico há muito observado por estudos acadêmicos, o qual o Municipal vem a corroborar.

A respeito da formação dessa organização que redundou na Liga Municipal, denota-se esforço considerável por parte da prefeitura e clubes no que diz respeito ao reconhecimento e cumprimento das regras do torneio pelos jogadores, bem como zelo pelos lugares onde se jogam. Entre os anos de 1980 e 1990 ocorreram movimentos de “mapeamento e alinhamento” das ligas de futebol independentes espalhadas pela cidade, para sua posterior regularização frente a prefeitura e, conseqüentemente à Liga Municipal (Miskyw, 2012). Assim, as ligas que eram disputadas de forma isolada, passaram a indicar clubes para jogar o Municipal. Tal iniciativa se deu mediante a trâmites que incidiam tanto para fora de campo (reconhecimento de clubes via estatutos, diretoria eleita, participação em congressos técnicos, etc), quanto para dentro (reconhecimento de um regulamento do torneio e dos jogos, assim como das punições disciplinares para aqueles que infringissem as regras).

Este breve histórico é interessante pois ressalta o quanto o trabalho de construção de uma ordem de um jogo ou de uma competição vai engendrando uma necessidade, por assim dizer, desses esquemas de controles que incidem na figura da arbitragem. Cabe, assim, ao árbitro zelar para que os reconhecimentos das delineações

que tornam o jogo de futebol possível se mantenham. Tal possibilidade não se realiza sozinha, ou melhor dizendo, não só a partir da iniciativa do árbitro principal. É preciso que haja uma interlocução entre os fatos arbitrados dentro do campo e as agências responsáveis pelo reconhecimento das responsabilizações (no caso do Municipal, os servidores da prefeitura), em casos de infração. Foi justamente dentro desse esquema que passei a trabalhar como mesário.

Panorama do trabalho de mesário e da arbitragem

Acerca da atividade de mesário é possível dizer que se trata da função que é empreendida por aquelas pessoas que tem a incumbência de registrar as ocorrências de uma determinada partida em súmula (isto é, a ata do jogo). Ela se baseia por zelar para que alguns acordos congnaçados fora adentrem o campo de jogo observados. Mais concretamente falando, o que eu precisava era me certificar que quem se apresentasse para jogar estivesse efetivamente inscrito em um clube, bem como estivesse na idade correta para a categoria do torneio. Para isso era de minha incumbência solicitar um documento de identidade original do atleta (podia ser carteira de motorista, RG, carteira de trabalho, entre outros) para confirmar com as informações de uma lista de inscritos que me eram fornecidas previamente. Assim que eu confirmasse que aquela pessoa que estava a minha frente estivesse efetivamente inscrita na competição, eu preenchia o nome dela na súmula e pedia para que ela assinasse ao lado e informasse o número da camiseta com que jogaria. Desta forma poderia registrar quando determinado atleta cometesse faltas, recebesse cartões, fizesse gols, fosse substituído, se lesionasse, etc. E, para isso, precisava observar as ações dos árbitros principal e assistentes.

É neste sentido que afirmei anteriormente que fazia parte da equipe de arbitragem, pois de fato esse trabalho exige um pouco de sinergia entre aquele que executa os fatos a serem registrados e aquele que os registra. Muitas vezes houve ocasiões em que não consegui registrar certos fatos e que precisei consultar os árbitros para entender certa marcação. Por outras eles se dirigiam a mim para perguntar se havia anotado quem fora o jogador que havia feito tal ou qual ação no campo de jogo. Com a ratificação das informações, a súmula era assinada pela equipe de arbitragem e encaminhada para a prefeitura para que seus servidores pudessem preencher a tabela da competição fazer a análise disciplinar dos fatos ocorridos em campo. Este trabalho de

dentro do campo que foi me aproximando dos árbitros, de forma a compartilhar um pouco do cotidiano de trabalho ao longo dos jogos.

Uma das minhas primeiras e mais persistentes dúvidas no que diz respeito ao panorama deste ofício foi justamente como abordá-lo. Como descrever o trabalho da arbitragem, ainda mais na forma como ele é exercido em competições de várzea, onde quase a totalidade dos árbitros e assistentes possuem outras atividades laborais? Aliás, no Brasil, nem mesmo os árbitros que atuam em competições profissionais têm a garantia de viver apenas da arbitragem. Enfim, o que haveria ali para ser falado que fizesse jus ao trabalho da arbitragem em sua abrangência.

Em princípio procurei em categorias da literatura já estabelecida em Ciências Sociais – em especial, *trabalho paralelo* (Weber, 2009)⁹ – referências possíveis para tentar contemplar minhas incertezas. Mas, algum aspecto do cotidiano parecia transbordar as definições. E foi nesse sentido que passei a perguntar para os próprios árbitros de que maneira compreendiam a dinâmica das competições de várzea e a própria atuação nelas. A partir daí passei a conhecer as opiniões deles sobre jogos, campeonatos e também algumas estratégias que as pessoas na arbitragem se valem para permanecerem assíduas quando assim desejam, ou seja, seguem sendo convocadas para atuar em outros jogos. Nisso fui atentando para o fato de que apitar e bandeirar em campeonatos amadores é o exercício de um ofício que ocorre em um cenário com poucas garantias. Uma das conversas que considerei mais elucidativas a esse respeito foi travada com Alumínio¹⁰ em um intervalo entre jogos de uma série eliminatória que foi disputada no início do mês de novembro.

Talvez eu não seja a melhor pessoa pra te responder isso. Até porque voltei para arbitragem só esse ano. Fiquei 10 anos sem apitar porque toco uma oficina mecânica. Aí esse ano como a oficina não estava dando tanto dinheiro, voltei. Enfim, acho que é isso. A arbitragem é diferente pra quem faz que nem eu, que trabalha de vez em quando de quem vive do apito. De segunda a segunda. Mas o bom que a arbitragem na várzea é um trabalho que dá para se virar, independente do que se queira. Para mim ela é importante porque agora que as coisas deram uma baixada na oficina eu pude voltar a apitar na várzea. Pra tentar equilibrar.

O motivo pelo qual considerei a fala interessante foi porque ela chama a atenção

9 Trabalho paralelo é o conceito utilizado pela autora para tentar compreender como trabalhadores fabris franceses da região da Borgonha investiam o seu tempo em atividades que eram realizadas fora da fábrica. Acredito que a situação dos árbitros com quem convivo se distancie desta ideia, tendo em vista que a fábrica enquanto referência (trabalho dentro e fora dela) não é algo que se configure. Além do mais, a arbitragem amadora parece assumir e perder protagonismo conforme circunstâncias, o que perturba a dicotomia o aspecto assalariado e independente das atividades.

¹⁰ Para este trabalho optei por usar nomes fictícios. Quase todos os nomes aqui mencionados se referem a nomes de metais.

para dois aspectos que creio se relacionarem na hora de tentar relatar a arbitragem. O primeiro diz respeito a uma variedade de agendas particulares que uma mesma atividade comporta. Ao menos desde onde pude observar (uma competição municipal), os árbitros de várzea exercem esta função por diferentes motivos. Há aquelas pessoas que apitam em uma aparição pontual, passando por aquelas que têm a ambição de se tornarem árbitros das principais divisões do futebol profissional, até trabalhadores aposentados que aproveitam os fins de semana para capitalizar um dinheiro “para tomar uma cerveja”, “comer um churrasco”, como ouvi tantas vezes em campo. A várzea em certo sentido parece congrega essas distintas agendas. De acordo com Tsing (2013) esta é uma característica presente em relações de trabalho contemporâneas, onde o disciplinamento do labor, que se faz em serviço, deixou de ser um objetivo almejado, pois passa a ser encarado mais como um custo dentro da organização do trabalho. Os árbitros nesse caso não possuem um vínculo empregatício com quem os contrata para arbitrar jogos de futebol, o que os afere e até mesmo, quem sabe, os impele a pensar suas possibilidades de atuação de diferentes formas. A depender se eles possuem outro trabalho, se esse trabalho aporta uma fonte de renda sustentável, se se vive apenas da arbitragem, dentre outros cenários.

O outro aspecto tem relação ao fato apontado pelo meu interlocutor de que o trabalho de árbitro seja propício para se virar. Expressões tais como “se virar¹¹”, “fazer a correria”, “dar uns pulos”, “batalhar”, entre outras, são comumente usadas por eles, assim como por outros trabalhadores de classes populares e médias para relatarem a dinâmica de trabalho na qual estão inseridos. Tais expressões me parecem evidenciar uma relação das pessoas com o trabalho que não está tão ancorada na força de expressão ou criatividade daquilo que exercem (apitar ou bandeirar um jogo de futebol no caso), mas sim naquilo que se tem que, em certa medida suportar em face do objetivo que se quer concretizar. É um pouco desse “se virar” que, imagino, possa ser apresentado como a arbitragem de várzea em sua abrangência.

Se uso a palavra suportar é porque infiro que neste cotidiano exista algo que eles tenham sobre ou contra si. Não quero com isso dizer, entretanto, que esse “sobre” ou “contra” seja reconhecido como um fardo ou peso (eventualmente pode até ser, mas não

11 “Se virar”, “batalhar”, “fazer a correria” e “dar seus pulos” são expressões coloquiais que dizem respeito a uma pessoa encontrar maneiras para resolver problemas. Acredito que quando tais expressões se relacionam ao mundo do trabalho, em contextos como os acima relatados, apontam para formas pelas quais uma pessoa busca realizar algum serviço com o intuito de permanecer em dia com a própria subsistência.

o é em princípio) pelas pessoas. Apenas que as ações que tomam parte para o cumprimento das agendas pessoais encontram renitências. Isso deve ficar um pouco melhor evidenciado quando se observa como os árbitros encontram jogos para trabalhar. Ou melhor, como os responsáveis pelas competições amadoras escolhem os árbitros que vão trabalhar nos jogos? É sobre esta questão que me debruço a seguir.

A arbitragem de várzea compreendida a partir da ideia de mercados

Para responder os questionamentos acima, me valho dos estudos que empreendi das atividades e fenômenos econômicos abordados desde a antropologia. A este respeito gostaria de tecer algumas considerações de modo a tentar situar a elaboração da reflexão. Desde a sua institucionalização, o campo de estudos antropológico procurou problematizar as pretensões universalistas de certas proposições econômicas. É nesta seara que o foco de pesquisadores recaiu sobre as práticas e sentidos que as pessoas auferem no seu cotidiano (Neiburg, 2010). Desta maneira, no que diz respeito às práticas econômicas, os estudos se voltaram para a compreensão delas em sua espacialidade, ou seja, as ações de trocas empreendidas em seus fluxos. Neste sentido, o trabalho pode ser estudado de forma a tentar conectar a dinâmica de produção/compensação com suas modalidades de participação (Fonseca, 2015). Isto é, destacando os modos pelos quais as pessoas tomam parte de um cotidiano laboral em seus recintos. Como todo o espaço é analisado a partir de uma forma própria, penso que, quando se tratam de práticas econômicas, a ideia-chave que se evidencia é a das conexões que tais atividades propiciam.

Para que tais compreensões sejam analisadas de forma a melhor evidenciar tais ligações, o conceito de mercados se apresenta enquanto agenda de estudos. De forma geral, um conjunto de autores remonta às investigações sobre as trocas e prestações desenvolvidas em estudos clássicos (Mauss, 2013; Malinowski, 1976) de forma a considerar os nexos entre os antes ditos (separados) domínios econômicos e não-econômicos. Nesta perspectiva, mercados são, em princípio, espaços nos quais as trocas se fazem propícias, não apenas em sua dimensão financeira, mas também nas suas dimensões moral, simbólica, etc. Foi inspirado por essa abordagem que procurei experimentar a possibilidade de pensar o mercado de trabalho da arbitragem em competições de várzea tendo como premissa a busca por estes nexos. Dentre os diversos

modelos apregoados por diferentes estudos sobre mercados, optei pela agenda proposta por Michel Callon (2013) e a sua reflexão acerca dos agenciamentos. Tal escolha se justifica por me parecer estar bem evidenciado o foco nas conexões (não quer dizer que seja o único, entretanto) e também porque nos momentos nos quais me senti mais perdido em campo, com aquela sensação de “pegar o bonde andando”, foi recorrendo ao programa proposto pelo autor e seus colaboradores (Çaliskan; Callon, 2010) que comecei a entender melhor o que poderia fazer diante das informações que o campo – a liga municipal de futebol de várzea, no caso – auferia.

Assim sendo, tomei por mim (ou melhor, aprendi) que ao me debruçar sobre uma atividade laboral, o processo de constituição de um mercado não dizia a respeito apenas sobre apreender certas atividades em determinados espaços. Se eu quisesse dar conta dos agenciamentos, eu precisava segui-los. Ir atrás do "se virar" e “me virar” também. No entanto, enquanto passava os fins de semana registrando em súmula o desenrolar de fatos de uma partida de futebol e observando a performance de árbitros e auxiliares (conversando com eles a esse respeito) eu não sabia muito bem o que seguir. Um bom início me pareceu tentar situar aquilo que foi denominado pelos autores nos quais me debruço de "divisão ontológica dos mercados"

Mercados não são possíveis sem gerar e reproduzir uma distinção entre coisas a serem valorizadas e agências capazes de valorá-las. Estes dois tipos básicos de entidades resultam em: entidades com agência passivizada que podem ser transferidas enquanto propriedades e entidades que podem se engajar em operações de cálculo e julgamento. A criação dessa divisão ontológica assimétrica, na qual apenas a última é considerada como tendo agência no processo de avaliação, é uma propriedade essencial do funcionamento regular dos mercados. (ÇALIŞKAN; CALLON, 2010: 7-8 [Tradução minha]).

Tendo em vista a contribuição da agenda de estudos referida acima, passo a me debruçar sobre o caso em análise na tentativa de compreender a partir dessa divisão entre o que é valorizado e o que(m) valoriza, como as possibilidades de atuação de pessoas e associações, seus deslocamentos e encontros interpretações e realizações acerca da atividade que exercem conformam o que procuro chamar de mercado da arbitragem.

Acerca dos árbitros de futebol, é possível e também notório dizer que cabe a eles executar o serviço. Arbitrar jogos nos quais a necessidade por uma oficialidade se faz mais imperiosa, como é o caso de competições amadoras. É essa figura possuidora (não-exclusiva) do saber-fazer. Aquela que se capacita no conhecimento das regras do jogo por meio das entidades oficiais (federações estaduais) e/ou de classe (sindicato de

árbitros). Ainda sobre a qualificação, cabe ressaltar que a prefeitura de Porto Alegre em parceria com o sindicato dos árbitros do Rio Grande do Sul, costuma promover anualmente um curso de arbitragem com o objetivo de fomentar uma capacitação para os jogos disputados em nível comunitário. A capacitação voltada para as pessoas que possuem interesse em apitar os campeonatos promovidos pela entidade. Quanto à contratação dos árbitros nas ligas, elas podem se dar por via direta. Ou seja, eles serem contratados por um diretor de uma liga ou pelos clubes que vão disputar uma partida. Entretanto esta prática não é a mais comum, ainda que ocorra. O mais usual é que os árbitros encontrem jogos para trabalhar ao se engajarem em ligas de arbitragem, como são conhecidas as empresas que trabalham de forma mais direta com os responsáveis pelas ligas de futebol ou clubes (dirigentes, treinadores, auxiliares, dentre outros cargos eletivos de uma diretoria de clubes de futebol amador).

No que tange às empresas de arbitragem, são pessoas jurídicas, cujo objetivo principal é intermediar a relação das ligas com os árbitros, cabendo a elas a alocação dos prestadores de serviço (os árbitros) nos dias de jogos. São estas empresas que para atuar em alguns torneios – principalmente os promovidos por prefeituras – participam de concorrência via editais públicos. Esta descrição inicial pode soar um tanto quanto técnica, do ponto de vista das relações que se estabelecem. No cotidiano essas empresas são menos reconhecidas por seu nome fantasia/ razão social e mais relacionadas às ligas de árbitros de determinada pessoa. As pessoas responsáveis pela arbitragem que transitam por elas. Se eu possuísse uma empresa dessas por exemplo, é provável que as pessoas a chamassem de “liga de árbitros do João”, “João dos árbitros”, entre outras nomeações nesta mesma linha. Ou seja, a notoriedade se dá muito mais a partir da personalidade do que da institucionalização.

A liga de árbitros do Primo atuou dentro dessas premissas. Enquanto empresa responsável pela prestação de serviços de arbitragem - seleção esta que se deu através de concorrência em pregão eletrônico - coube a ele designar um árbitro principal, dois árbitros auxiliares e um mesário para cada jogo realizado na competição. É a partir dele (na Liga Municipal) que os pagamentos das equipes de arbitragem por jogos são encaminhados. Também é a ele que os *feedbacks* acerca da performance da equipe são endereçados. Cabe ressaltar mais uma vez que entre árbitros e empresas não existe uma relação formal de trabalho. Nesse sentido, me atrevo a dizer que a garantia de que a equipe de arbitragem esteja no dia e na hora marcada se embasa na expectativa do

pagamento após os jogos e no estabelecimento de uma relação de confiança mútua que transcende a experiência de uma relação trabalhista mais estrita (contrato).

Até o presente momento não obtive um conhecimento aprofundado sobre como os *feedbacks*, as competições e as alocações de árbitros se relacionam. Mas pude vislumbrar que alguns critérios são observados. Um deles é, na medida do possível, escalar¹² árbitros que não precisem fazer grandes deslocamentos para chegarem ao local de jogo. No meu caso, a maioria das vezes em que atuei como mesário foi no campo do Parque Marinha do Brasil. Isso, no entanto, não impediu que, quando considerado necessário, eu fosse trabalhar em outras regiões da cidade (principalmente na zona norte, no campo da Nova Gleba). Em conversa com árbitros, alguns me disseram que consideram o deslocamento na hora de decidir se vão apitar um jogo ou não. Entretanto, o discurso mais corrente e público é o de "não se ter tempo ruim". Ou seja, quando for escalado, apitar independentemente do local e situação.

Outro fator é a dificuldade presumida do jogo a ser disputado. Nisso influem a categoria do campeonato, a fase da competição, a rivalidade entre as equipes, a presença ou não de torcida, entre outros. Na medida em que o conjunto desses aspectos é antecipado com sucesso por parte do responsável pela arbitragem, menor será (espera-se) a reclamação acerca da equipe de arbitragem. Obviamente não se trata de uma ciência exata: o que por vezes parece um jogo fácil para arbitragem, torna-se difícil, assim como o contrário pode ocorrer. Nessas horas, o conhecimento sobre o estilo da pessoa que será escalada para apitar pode ajudar a mitigar esses obstáculos. Na Liga Municipal pude observar que a predileção de escalação recaiu sobre os árbitros experientes (pelo menos 10 anos de apito e faixa etária entre 40 e 77 anos) e conhecidos entre os jogadores que participam do campeonato. Alguns árbitros, inclusive, foram jogadores dos clubes ou então moram nas comunidades que participam da Liga Municipal.

A comunicação acerca da escala com local e horário das partidas foi estabelecida via ligação telefônica, geralmente nas manhãs de quinta-feira para os jogos disputados aos sábados e na sexta-feira para os jogos disputados aos domingos. Uma pessoa das equipes de arbitragem escaladas (em princípio função do mesário, mas é observado quem tem maior facilidade de deslocamento) vai ao encontro do responsável pela liga de arbitragem para que sejam entregues as pastas com as súmulas das partidas que serão

¹² A expressão escalar é tributária da palavra escala: faz menção à forma pela qual os trabalhadores, no caso, os árbitros e mesários vão ser dispostos pelos campos de jogo ao longo das rodadas. No Municipal cabia ao Primo a cada semana produzir uma escala diferente e informá-la a sua equipe.

disputadas nos locais designados e também o dinheiro para o pagamento da equipe. Nas ocasiões em que fui designado para fazer essa retirada fui até uma sociedade esportiva amadora localizada na zona norte da cidade, para a qual Primo também presta serviços em outro campeonato.

Outro fator que entra na conta da escolha das equipes de arbitragem é a reclamação a respeito delas por parte de quem os observa (jogadores, dirigentes, servidores da prefeitura, etc). No caso da Liga Municipal, uma vez por semana ao menos havia um encontro entre o representante da empresa de arbitragem com os funcionários da prefeitura que observaram os jogos. O intuito era informar as atualizações sobre como as partidas estavam transcorrendo, se elas estavam sendo bem conduzidas pelas equipes de arbitragem. Acredito que a impressão repassada pelos trabalhadores da prefeitura, por vezes elogiando ou criticando alguma atuação específica, influencie nas futuras escalões de árbitros.

Ao perguntar para alguns árbitros se eles sabiam quais eram os critérios válidos para serem escalados (principalmente na Liga Municipal) recebi uma resposta negativa da maioria deles. Assim como eu, eles não sabiam de antemão a equipe de arbitragem que seria designada. Outra coisa que me disseram era que, dependendo da liga em onde se está trabalhando, existe uma predileção por um perfil de árbitros. Alguns dirigentes de ligas inclusive estipulam isso em contratos de prestação de serviço de arbitragem: por exemplo, para apitar uma final, o árbitro tem que ter feito o curso da federação estadual de futebol. Em outros casos as predileções são mais informalizadas.

De todo modo, me parece que é para a escala que convergem todas as impressões e julgamentos acerca do que acontece nos jogos com relação à arbitragem. Seja isso colocado de antemão (formal ou informalmente), seja isto tributário do desenvolvimento das competições e das performances dos árbitros dentro delas. É partir desta trama de impressões e opiniões alheias a quem apita ou bandeira que a figura do responsável da liga de arbitragem se insurge e se justifica. Cabe a ele de certa forma tornar os pontos de vistas distintos em valências que ratifiquem as escolhas da equipe de arbitragem. É quem, em meio a pedidos para não mais trazer ou colocar determinado árbitro ou bandeira numa partida, efetivamente escolhe/separa (*sorting out*) árbitros (Tsing, 2013).

No tocante às ligas de futebol, tratam-se de associações entre clubes (amadores) por meio dos quais são dispostas as competições a serem jogadas. Acerca da

organização e da relação entre as ligas que existiram/existem na cidade de Porto Alegre, Mauro Miskyw (2012) delineou um panorama abrangente dos circuitos dos campeonatos de várzea em suas dinâmicas. Este autor caracterizou em sua análise a existência de três grupos de ligas. Um primeiro que denominou de liga municipal, promovida pelo poder público (prefeitura). Um segundo que denominou ligas exemplares. Estas são promovidas de forma privada e costumam ocorrer nos bairros mais centrais de Porto Alegre. Por fim, o terceiro grupo foi denominado de ligas das vilas, que ocorrem em regiões mais periféricas, promovidas pelas comunidades. Creio que seja profícuo respeitar essa classificação para falar da atuação dos árbitros e empresas em associação com essas diversas competições. Ainda que eu só tenha atuado como mesário no Municipal, ouvi dos árbitros nos dias de jogos sobre as incursões que eles fazem nas demais competições. Em certas ocasiões algumas pessoas comentaram comigo que após encerrado o jogo em que trabalhávamos, iriam para outros bairros, ou mesmo até outras cidades, apitarem ou bandeirarem outras partidas. São os jogadores e dirigentes das ligas que têm a maior capacidade de "queimar"¹³ um árbitro, como se costuma falar no jargão. Se o estilo de arbitragem adotado for considerado deletério ao jogo, ou se a impressão que algum árbitro/bandeira causar for de titubeação, haverá pressão por parte de, pelo menos, um dos times para que as pessoas que conduziram o jogo não voltem mais a trabalhar nos jogos de determinadas equipes ou até mesmo naquele campeonato. A pressão é realizada em cima daquele que contratou a equipe de arbitragem.

Isso denota que, em certo sentido, um árbitro de futebol de várzea tem que ter a capacidade de interpretar o estilo de jogo de determinadas ligas, quais são as equipes "da casa"¹⁴ e como os donos de ligas de árbitro administram essas pressões. Uma jornada infeliz pode representar o fim de oportunidades de trabalho naquela competição, como atesta uma conversa que participei com Césio e Rênio, dois árbitros auxiliares com quem trabalhei em um jogo realizado no Parque Marinha na manhã do dia 29 de setembro:

Ao rumarmos para o gramado para que se fizesse o reconhecimento do campo, Rênio perguntou à Césio onde este havia trabalhado no sábado:

CÉSIO: Fui lá no Jardim. O Bário também trabalhou lá. Foi correria, acho que o pessoal não gostou dele.

RÊNIO: Aquela liga lá é foda. Os caras lá te pressionam e não param se tu

13 Expressão que se usa para dizer que uma pessoa falou mal de outra.

14 A expressão equipe da casa no contexto das competições de várzea diz respeito às equipes que estão jogando em suas sedes ou então em seu bairro ou região.

demonstrar que sentiu o jogo.

CÉSIO: É...mas não dá pra falar nada. Sábado teve um guri que ficou só no meu ouvido: Oh! bandeira engessado! Vou trazer um serrote pra ver se tu mexe a porra desse teu braço! [exclamou olhando para mim] Até perguntaram pra mim, Rênio, quanto eu ganhava para estar ali. Virei e disse 50 reais. Aí me retrucaram: "Nossa, que vida boa. 50 pila para ficar aí com o braço engessado. Se é assim quero ser bandeira também. Ganhar pra ficar a tarde sem fazer nada!"

Perguntei ao Césio se ele havia respondido alguma coisa. Ele acenou com a cabeça que não e adicionou que até havia achado a intervenção da torcida bem-humorada naquela vez. Que do que costumam ser os xingamentos, aquilo não é nada, para então refletir:

CÉSIO: Principalmente nessas ligas que os donos são os clubes, é aquela coisa né. Se eles não gostam de ti, dificilmente tu volta. Então a gente tem que estar concentrado pro acerto e principalmente pro erro. Porque dependendo pra onde se erra, sabe como é né? [encerrou seu questionamento piscando para mim]. (Trecho de diário de campo. Setembro de 2019).

Os xingamentos e hostilidades endereçadas a Césio no trecho acima dizem respeito à performance do árbitro auxiliar. Os torcedores próximos a Césio interpretaram que ele deveria ter sinalizado o impedimento do time contrário ao da torcida. Por não o ter feito, passaram a chamá-lo, entre outras coisas, de engessado, o que no jargão dos torcedores de futebol se refere ao árbitro auxiliar que não levanta a bandeira para sinalizar infrações. Ou seja, é como se o braço do árbitro auxiliar perdesse a capacidade de se mover, na interpretação torcedora. Naquele momento, dentro de campo, eu apenas havia ficado intrigado com a história. Mas hoje acredito que tenha compreendido para onde rumavam as preocupações de meu interlocutor. Apitar e bandeirar bem na várzea não está restrito à correta interpretação da regra. As expertises de condução de um jogo de futebol precisam ser empregadas de modo a manter a pessoa com possibilidades de trabalho numa próxima oportunidade, jogo ou competição.

Em outras ocasiões perguntei se havia momentos em que a agenda de jogos coincidia com o Municipal e se, em caso positivo, como decidiam em qual jogo comparecer. Os critérios (que se relacionam) para a tomada de decisão são geralmente o pagamento, a fase da competição e a parceria com o dono da liga de árbitros em questão. Em algumas ocasiões os árbitros se disseram com dificuldades financeiras e recorreram aos jogos para tentarem equilibrar suas contas. Nesses momentos é comum que eles interpelem os responsáveis pela arbitragem nas ligas, conversem com outros colegas árbitros para saberem onde tem competição e, eventualmente, até se agenciem em competições com durações mais rápidas (uma tarde, vespertino, etc). Essas vezes em que precisaram e foram incluídos em alguma escala ficam guardadas na memória, por assim dizer, para que, quando um responsável por arbitragem demandar, eles possam retribuir a gentileza, bem ao estilo das dinâmicas de reciprocidade.

Ainda que alguns árbitros demonstrem uma certa gratidão ou maior confiança em determinado responsável pela prestação de serviços de arbitragem, isto não quer dizer que essa pessoa não seja alvo de manifestações acintosas. Os motivos para reclamação (ironicamente ou não) são quase sempre os mesmos: pagar pouco, não escalar para um determinado jogo, não ter sido parceiro em determinado momento. A possibilidade de atuar em várias ligas, mesmo que algumas vezes os horários coincidam é uma forma, para aqueles que almejam trabalhar com assiduidade, de manterem as opções abertas e os ganhos constantes. Mas essa pretensão não pode solapar certos vínculos de confiança que árbitros mantêm com os donos de ligas de arbitragem. Tanto é o caso que, na maioria das vezes em que os árbitros comentaram comigo sobre planos de trabalhos em outras competições pediram para que eu não falasse a respeito com o Primo, pois entendiam que "ele fica sentido" de não ser apoiado. Ou seja, Primo sentiria-se desprestigiado, preterido.

Considerações finais

Ao longo deste texto, busquei apresentar um panorama do atual mercado de trabalho de arbitragem de futebol em competições de várzea no município de Porto Alegre (RS), dialogando com os Estudos Sociais da Economia. Acredito que os agentes principais do trabalho da arbitragem amadora tenham sido inventariados, tais quais peças no tabuleiro que compõem especificamente a Liga que pude acompanhar quando de meu trabalho de campo. Assim como relatar a experiência dos personagens, procurei evidenciar os objetivos que os movem, bem como não ignorar o fato de que, por se tratarem de relações de trabalho livres de contratos, cada um empreende as suas expertises de forma a melhor conseguir contemplar uma agenda própria.

Para isso me embasei na perspectiva da divisão "ontológica dos mercados" a fim de dar conta de como poderia ser pensada a assimetria entre aquilo que é valorado e quem valoriza neste contexto. Entretanto, ao seguir as dicas desta agenda de estudos, receio que haja uma diferença a ser considerada no momento em que se debruça sobre bens ou serviços. Creio que as agências passivadas de serviços sejam mais difíceis de se enquadrar por não se separarem totalmente daqueles que as empreendem. Ou melhor, por não haver um dispositivo de avaliação que consiga determinar de forma mais substancial essa separação. Por mais que existam pessoas atuando especificamente nesta

administração de avaliações e julgamentos, como os donos de ligas de arbitragem, dirigentes de ligas de futebol, servidores da prefeitura, todos estão suscetíveis a pressões que podem problematizar as suas convicções. A comensuração não deixa de ser um desafio, ainda que o momento da escolha/corte (*sorting out*) entre quem seguirá trabalhando e quem não seguirá seja inevitável. E é justamente isso, esse desafio, que suponho que os árbitros tenham sobre e contra si. Transitar em meio a diferentes critérios, diferentes formas de observar reputações e trabalhar com isso é o que faz com a arbitragem da várzea seja propícia a “se virar”.

Em grande parte, a preocupação em formular um panorama de um mercado da arbitragem se deu em função do meu interesse em estudar as relações raciais. Acredito que compreender as dinâmicas que engendram mercados sejam um caminho para refletir sobre quais as vicissitudes podem manter certas pessoas incluídas ou excluídas do processo, por assim dizer. O exemplo do futebol brasileiro (em especial o futebol profissional) atesta para uma trajetória de integração de atletas negros nos clubes de elite como jogadores. Entretanto, essa integração não se dá em outras funções de administração do jogo, dentre as quais a arbitragem, acredito, seja um exemplo. Debruçar a atenção sobre o que acontece na arbitragem das competições de várzea foi profícuo neste contexto justamente para pensar sobre esse “sobre e contra si” que permeia o cotidiano de árbitros da cidade. Já a reflexão sobre como tais atividades se relacionam com as questões raciais ficará para uma próxima reflexão.

REFERÊNCIAS

ÇALIŞKAN, Koray; CALLON, Michel. Economization, part 2: a research programme for the study of markets. *Economy And Society*, Londres, v. 1, n. 39, p.1-32, abr. 2010.

CALLON, Michel. Qu'est-ce qu'un agencement marchand?. In: CALLON, Michel et al. *Sociologie des agencements marchands – Textes choisis* Paris: Presses des Mines, 2013, p. 325-440.

DAMO, Arlei. Futebóis – da horizontalidade epistemológica à diversidade política. *Fulia / Ufmg*, [s.l.], v. 3, n. 3, p.37-66, 24 abr. 2019. Faculdade de Letras da UFMG

FONSECA, Edilberto. Cantos de trabalho: modos e modas na atualidade. *Sonoros ofícios: cantos de trabalho – circuito 2015/2016*. Rio de Janeiro: SESC Departamento Nacional, 2015.

GEERTZ, Clifford. Um Jogo Absorvente: Notas Sobre a Briga de Galos Balinesa. In: GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Ltc, 2008. p. 185-213.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. São Paulo: Cosac Naify 2013.

MYSKIW, Mauro. *Nas Controvérsias da Várzea: Trajetórias e retratos etnográficos em um circuito de futebol na cidade de Porto Alegre*. 2012. 415 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

NEIBURG, Frederico. Os sentidos sociais da Economia. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil – Antropologia*. ANPOCS/Barcarolla/Discurso Editorial, 2010.

TSING, Anna. Sorting out commodities: How capitalist value is made through gifts. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v. 3, n. 1, p. 21–43, mar. 2013.

WEBER, Florence. *Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

Recebido 20/12/2019
Aprovado 10/04/2020